

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA:
análise da temática no Distrito Federal, a partir do olhar do professor e dos estudantes.

THAYS GALANTE CAMPOS

Brasília - DF.
2016

THAYS GALANTE CAMPOS

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA:
análise da temática no Distrito Federal, a partir do olhar do professor e dos estudantes.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado como requisito
parcial à obtenção do título de Licenciado
em Pedagogia, à Comissão Examinadora
da Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília, sob orientação
da professora Dra. Nara Maria Pimentel.

Brasília - DF.
2016

THAYS GALANTE CAMPOS

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA:
análise da temática no Distrito Federal, a partir do olhar do professor e dos estudantes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da professora Dra. Nara Maria Pimentel.

Aprovado em: 23/03/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Nara Maria Pimentel. (Orientadora)
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Prof^a Dra. Maria Zélia Borba Rocha
Universidade de Brasília

Prof^a Dra. Ruth Gonçalves de Faria Rocha
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

À Deus por me conceder o dom da vida e por todas as bênçãos.

A meu pai, minha mãe e meus irmãos que fizeram parte de toda a minha vida, acreditaram no meu potencial e me auxiliaram nesta trajetória sendo responsáveis pela grande maioria de quem eu sou.

Ao Rafael Amaral por toda a paciência e carinho, presente em cada momento difícil ou alegre.

À Camila D'arc por ter sido primeira e única amizade que a Universidade de Brasília me deu.

A todos os professores que contribuíram com a minha formação no decorrer de minha vida e se tornaram exemplos de profissionais da educação.

À tia Patrícia que me incentivou a prestar o vestibular mesmo sem ter finalizado o ensino médio regular.

À tia Miriam por todo o auxílio.

A todos que acreditaram no meu potencial e que fizeram parte de alguma forma de uma formação acadêmica.

“Onde o amor é lei, todo mundo é rei.”
Moveis Coloniais de Acaju

RESUMO

Este trabalho tem objetivo de discorrer sobre as relações de gênero e sexualidade na educação, a partir da reflexão do tema no Distrito Federal. A autora levantou a importância dessa temática na formação de professores/as, para que esses/as profissionais possam tratar de gênero e sexualidade sem receios e realizarem as intervenções necessárias, visando desconstruir a visão naturalista que se tem de gênero e de sexualidade. O estudo justifica-se pela necessidade de se trabalhar, no contexto escolar, assuntos relacionados ao gênero e sexualidade, de forma a contribuir para o desenvolvimento da criança, não se ditando apenas regras consideradas historicamente como “certas” ou “erradas”, mas levando em conta a diversidade humana e sexual dos/as alunos/as, para que estes/as não venham a conter aprendizagens impingidas de princípios preconceituosos, silenciados e/ou aprendizagens distorcidas. Dessa forma, a análise da temática de gênero e sexualidade, com foco na escola a partir do olhar do professor e dos estudantes configura-se como uma questão de direitos humanos. O trabalho analisa a presença da temática nos documentos das políticas públicas de educação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais, Currículo em Movimento do Distrito Federal e Plano Nacional de Educação.

A partir da conversa realizada com professores e observação em sala de aula durante o Projeto 4, observa-se que o preconceito permanece bastante enraizado dentro da escola e em nossa sociedade em geral, fator que afirma a importância do estudo e entendimento desta temática por professores da educação, com o foco na transformação buscando sempre a igualdade social.

Palavras-chave: Relações de gênero; Sexualidade; Inclusão; Políticas educacionais de gênero e sexualidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	14
Gênero, sexualidade e educação	14
CAPITULO 2	17
Gênero e sexualidade: a contribuição das legislações da educação no Brasil	17
2.1 Gênero e sexualidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n° 9.394/96	18
2.2 Gênero e sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (1997)	19
2.3 Gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação - Lei n° 13.005/2014	20
2.4 Gênero e sexualidade no Currículo em Movimento do Distrito Federal	21
CAPÍTULO 3	24
Procedimentos Metodológicos	24
Objetivos	24
Objetivo Geral	24
Objetivos Específicos	24
CAPÍTULO 4	25
Reflexões críticas sobre a temática de gênero e sexualidade.	25
O olhar sobre o docente: questionário com professores sobre gênero, sexualidade e educação	25
O olhar sobre o discente: observação do comportamento de crianças	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE	35
Questionário com professores sobre gênero, sexualidade e educação	35
Questionário 1	35
Questionário 2	36

MEMORIAL

Nasci no dia 9 de abril do ano de 1995 no Distrito Federal, local onde vivo e vivi durante toda a minha vida. Iniciei meus estudos como a maioria das crianças brasileiras de minha cidade natal (Brasília - DF), aos 3 anos e meio de idade. Minha trajetória educativa foi muito tranquila. Conheci pessoas muito especiais que influenciaram minha vida até o presente momento e a elas sou eternamente grata. Lembro-me da maioria dos educadores que fizeram parte desta trajetória, mas aqueles que se deixaram marcar foram os que me demonstraram maior afeto. Talvez estes sejam os responsáveis pela minha escolha pelo curso de Pedagogia. Talvez sejam meus pais, também pedagogos, que apesar de não exercerem atualmente a profissão, sempre buscam levar o amor por onde passam através de programas sociais que fazem parte.

Grandes professores fizeram parte da minha vida e acredito que tenham feito "a diferença" que busco e continuarei buscando durante o meu caminho como pedagoga. Na 4ª série, Viviane me ensinou que a vida não é feita apenas de aparências, que uma menina de apenas nove anos não precisava carregar o mundo nas costas. Ela me ensinou muito mais que os conteúdos previstos para tal período, me ensinou a viver bem e me influenciou a buscar a satisfação pessoal. No Ensino Fundamental, Wagner Santos abriu-me os olhos para o mundo da literatura, fazendo-me apaixonar por Machado de Assis e defender fielmente a inocência de Capitu. Além de professor, tornou-se um belo amigo que me auxiliou em momentos difíceis e fez parte dos melhores momentos do meu ensino médio. Dentre outros, acredito que os dois citados foram os mais especiais. Com absoluta certeza deixaram sua marca em minha vida escolar e pessoal. Sou eternamente grata por esses exemplos pois são as memórias deixadas por eles que me fazem buscar o meu melhor a cada dia e ter a vontade de crescer e influenciar todos ao meu redor, em busca de um mundo com mais inclusão e mais amor.

No segundo semestre do ano de 2012, tive a alegria de passar no vestibular da Universidade de Brasília ao meio do terceiro ano do ensino médio. Apesar de ter sido uma alegria sem igual, a entrada na universidade não foi como esperava. Foi uma chegada conturbada pelo fato de ter passado no vestibular com apenas 17 anos e não ter concluído a etapa do ensino médio. Para poder ingressar na Universidade foi necessário a contratação de advogados para obter a minha emancipação e conseguir adentrar na vaga que era minha por direito. Após quase um mês de luta, consegui a emancipação e pude concluir os estudos através de supletivos. Ingressei na universidade em período de greve,

com isso, pude realizar os procedimentos necessários previstos pela justiça sem maiores problemas na data prevista para retorno das atividades normais da instituição.

Minha trajetória universitária foi solitária e um pouco decepcionante. Os poucos amigos que conquistei nos primeiros semestres abandonaram a Universidade ou realizaram a mudança interna para outros cursos. Por não me sentir bem dentro da Faculdade de Educação, busquei passar o menor tempo possível no local, fator que atrasou meu término de curso em um semestre. Não me arrependo deste atraso, pois foi através do mesmo que pude prosseguir até o final e saber que esta era exatamente a profissão dos meus sonhos. Busquei estágios desde os primeiros semestres, pelo fato de me sentir melhor física e emocionalmente com crianças no ambiente educativo do que na Faculdade de Educação com professores que muitas vezes me humilharam publicamente, fizeram descaso quando precisei solucionar dúvidas e quando busquei ajuda. Estes (infelizmente a maioria que conheci) deixaram marcar severas nesta trajetória educacional. Não posso generalizar. Tive alguns professores que contribuíram para a minha formação como pedagoga, buscaram transmitir seus conhecimentos da maneira mais doce possível, interessando-se pelo real aprendizado de seus alunos e com a preocupação necessária que todos os outros deveriam ter na formação de futuros educadores.

O professor Cristiano Muniz foi um mestre que tive o prazer de conhecer e que merece todo o agradecimento que posso lhe oferecer. Este mestre da educação abriu-me os olhos para uma educação inclusiva, divertida e possível de ser realizada. Através de suas aulas (Educação Matemática I e II) e de seu exemplo de vida pude retomar a esperança quase perdida em relação à educação. Apesar de seu foco de estudo ser a Educação Matemática, Cristiano mostrou-me que cada criança é um ser especial, com histórias de vidas únicas, que merece atenção, carinho e muita dedicação. São esses poucos exemplos que me fizeram chegar até o presente momento.

O professor Erasmo abriu meus olhos para uma educação onde o pensamento crítico é estimulado e o saber empírico de cada pessoa é o que há de mais valioso, por isso deve ser levado em consideração durante todo o processo educativo. Agradeço imensamente pelos ensinamentos durante as aulas de Investigação Filosófica.

Ao iniciar o Projeto 4, comecei buscando analisar escolas que oferecem educação diferenciada com foco na Escola da Ponte, do professor José Pacheco. Através de muitas pesquisas e de minha realidade vivida em sala de aula pude perceber que o foco de interesse dos meus estudos é a questão de gênero e sexualidade dentro de ambientes educacionais. Observei influências religiosas e familiares bastante significativas em

relação à temática tanto nas crianças quanto nos educadores que pude compartilhar momentos e por este fato segue o meu trabalho final de conclusão do curso de Pedagogia.

O Brasil, e de certa forma o mundo todo, tem passado por uma fase conturbada em relação à política, tornando assim meu último semestre bastante complicado, como foi o primeiro. Encontro-me num período histórico onde os estudantes estão lutando para que não nos tirem qualquer direito, com foco sempre na busca por um Brasil igualitário, e a cada dia vejo que esta luta está só no começo e que será necessário fazer muito mais para tornar este país um local digno.

Após minha conclusão do curso pretendo dar continuidade aos estudos e realizar trabalhos voltados ao tema deste trabalho. Farei um intercâmbio de 40 dias em La Plata, na Argentina, realizando trabalho voluntário em uma ONG onde mulheres em situação de risco buscam auxílio. Neste intercâmbio ficarei responsável por discutir questões de gênero com crianças e mulheres.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma análise e reflexão sobre a temática de gênero e sexualidade na educação tendo como “pano de fundo” das políticas públicas de educação, analisando como isso ocorre no Distrito Federal, através de documentos oficiais, entrevistas e observação com professores em sala de aula.

O intuito é que, a partir do estudo realizado, seja possível identificar o tratamento dado à temática de gênero e sexualidade pelos professores em sala de aula.

Nesse sentido, em relação ao papel da mulher, por exemplo, Cristiane de C. Ramos Abud (2008) citando Ranke-Heinemann (1996 p.147) relembra que, em 1917, “a igreja negou a sexualidade das mulheres enquanto amantes ou discípulas, assim como a participação delas nas celebrações de seus rituais, aceitando-as como penitentes, ajoelhadas pedindo-lhe perdão pelos seus corpos pecadores e tentadores” (p. 230).

Não somente nas instituições religiosas, o papel da mulher na sociedade sempre foi visto como segundo plano. Nas escolas, nas relações profissionais, centros acadêmicos e até em suas próprias casas a mulher em particular sofre com discriminações geralmente aceitas pela sociedade sem grandes questionamentos.

Infelizmente a religião exerce um papel importante no tratamento da temática, seja reforçando as diferenças entre os gêneros, seja na consolidação de formas de tratamento conservadoras e que pouco contribuem para a evolução do debate nos diferentes espaços sociais.

A pesquisadora Cristiane Ramos (2008), realizou uma pesquisa com mulheres religiosas que frequentavam a Igreja Católica e através de questionamentos orais, quantitativos e qualitativos pôde perceber o trajeto social das mulheres entrevistadas analisando historicamente as relações de gênero buscando compreender a posição das mulheres e a relação entre sexualidade e poder, com foco na relação existente entre a temática e a religião.

Ramos (2008) constatou que, mesmo com as proibições sexistas históricas das Igrejas Católicas, as mulheres não deixaram de frequentá-las e buscam sempre seu lugar de direito e importância dentro da Igreja Católica.

A partir da pesquisa anterior da autora Cristiane Ramos (2008), percebe-se que a igreja, como instituição social, reproduz as regras da sociedade machista existente.

Saffioti (1976, p.35) resume que:

[...] a posição da Igreja Católica reflete, de um lado, uma doutrina religiosa na qual a mulher sempre figurou como ser secundário e suspeito e, de outro, seus interesses investidos na ordem vigente nas sociedades de classes.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) afirma que atualmente temos 75 deputados evangélicos e 3 senadores. Parte deles vem se notabilizando por justificar posições políticas com argumentos baseados na religião – especialmente a respeito de questões que se referem a diferença de gênero.

Sabemos que nada na sociedade é isento de ideologia e o papel do pedagogo deve ser o de contribuir para a formação de indivíduos ativos e críticos diante da realidade dada, buscando instigar o pensamento crítico sobre a sociedade atual, em busca da inclusão. Segundo Freire (1996, p. 26), o educador democrático deve reforçar a capacidade crítica do educando trabalhando com a rigorosidade metódica, ou seja, não no sentido de transmissão de conteúdo, mas à produção das condições em que é possível aprender criticamente.

Assim, de acordo com Freire (1996, p. 26-27), pode-se ver a importância do papel do educador crítico:

(...) o mérito da paz em que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo. Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de ideias inertes do que um desafiador.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação no seu artigo 3º preconiza nos incisos II, III e IV, que o ensino será ministrado nos princípios de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e respeito à liberdade e apreço a tolerância.

As políticas públicas nacionais de educação são valiosos instrumentos para a diminuição das desigualdades sociais, incluindo as de gênero e SEXUALIDADE dentro e fora das escolas, se tornarmos a política pública “um conjunto de ações ou normas de iniciativas governamentais, visando à concretização de direitos.” (Bucci 2002, p. 94).

Nesse sentido, a construção de programas, ações que constituem as políticas educacionais são fundamentais e a participação da sociedade política e civil será determinante. Pode-se considerar as políticas públicas como mecanismo que deve buscar a efetivação de direitos e reduzir as desigualdades sociais, ou seja, ajudar na construção de relações igualitárias para todos. Ressalta-se a importância desse campo de estudos, observando-se como tem sido os debates em torno da temática de gênero e outras categorias relacionadas (classe, sexualidade, etnia/raça, religião, etc.), em busca do desenvolvimento individual de cada ser humano.

Desta forma, refletir sobre o tema à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCN2, do Plano Nacional de Educação (Lei n.10.172/2001) e do Currículo em Movimento do Distrito Federal, pode lançar um olhar mais atento sobre as diferentes formas de apropriação do tema e seu impacto no contexto da sala de aula, mediado pelo docente. Por ser um material amplo e por tratar-se de uma monografia certamente não será possível aprofundar todas as relações que cercam um tema polêmico e abrangente como esse.

No primeiro capítulo, a temática é introduzida a partir de conceitos de gênero e sexualidade e sua relação com a educação, de forma mais ampla a partir da visão da pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2012) que faz desta temática sua principal área de estudos.

No segundo capítulo, muda-se o olhar da temática para as políticas públicas referentes à LDB/1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais, o PNE/2001 e o Currículo em Movimento do DF para o Ensino Fundamental. Esses documentos e legislações buscam garantir os direitos essenciais relacionados à educação, à população do Distrito Federal e do Brasil.

O terceiro capítulo é a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados pela autora para a realização do presente trabalho.

No quarto a autora busca compreender, de maneira geral, como os professores entrevistados posicionam-se em relação à temática dentro das instituições de ensino e onde as relações de gênero podem influenciar dentro do campo educacional e analisa sua pesquisa do Projeto 4 (estágio supervisionado) dentro de sala de aula com o objetivo de compreender como as relações de gênero manifestam-se, com o foco na conclusão desta monografia.

CAPÍTULO 1

Gênero, sexualidade e educação

Tanto gênero quanto a sexualidade são alvos constantes da vigilância moralista que busca a perpetuação dos padrões sociais vigentes. Segundo a autora Jaqueline Gomes de Jesus (2012), na ciência biológica, o que determina o sexo de uma pessoa é o tamanho das suas células reprodutivas. Biologicamente, isso não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas: o que faz isso é a cultura. Ser masculino no Brasil é diferente do que ser masculino em outros países, pois possuem diferentes culturas e por sua vez padrões sociais diferenciados.

Sexo é biológico, gênero é social (Gomes de Jesus, p. 6). Quando o assunto é gênero, o que realmente importa é como o ser social expressa-se diante do mundo e como ele se percebe diante da sociedade.

No processo de construção subjetiva, assim como na apreensão dos valores compartilhados, o papel das instituições sociais é fundamental. Além da família, onde a maioria desde cedo acolhe os princípios que nela são transmitidos, as escolas também são ambientes de amplo destaque na formação dos sujeitos em sociedade. Desde o seu desenvolvimento, até a universalização, a escola apropriou-se da importante função complementar de formação de sujeitos.

Para Tiba (1996, p. 140) “o ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno”.

Em decorrência de uma grande quantidade de conteúdos que constam nas grades curriculares das disciplinas em cada ano letivo, os próprios educadores e elaboradores das diretrizes e dos parâmetros curriculares dos sistemas de ensino de cada ente federativo elegem aqueles que serão mais importantes para os alunos. Portanto, é preciso pensar no modelo de construção da aprendizagem no âmbito institucional. Como grande parte das escolas encontra-se destinada a capacitar os estudantes para o difícil processo de seleção de ingresso nas universidades e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho, o armazenamento de informações técnicas ganha espaço em detrimento dos conhecimentos que oportunizem a formação de cidadãos aptos a conviver em sociedade de forma plena, com respeito à diversidade e aos direitos humanos, assim como o engajamento em prol de melhorias da qualidade de vida das comunidades onde residem.

Freire (1996) afirma que:

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com seu discurso formador, libertador. É toda escola que brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos - educadores também sejam eles mesmos. E, como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia. (FREIRE, 1996, p.38).

Contudo, o problema não reside apenas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Devido ao fato de a infância ser a fase de grande influência dos adultos, que orientam a formação de sujeitos que se encontram dependentes de seus cuidados de forma abrangente, ao longo da história do ensino brasileiro, existe uma polêmica em torno dos conteúdos que devem ser transmitidos às crianças nas escolas. Enquanto grupos batalham pela inserção da aprendizagem que abarca a diversidade humana, incluindo as questões de gênero e sexualidade, outros defendem a manutenção do conservadorismo através da retirada de qualquer menção aos tópicos que vão de encontro com o utópico ideal de família tradicional, desconsiderando todas as questões sociais da contemporaneidade, que englobam o feminismo, a pluralidade na constituição familiar, a luta pela supressão de preconceitos calcados no patriarcado e o universo da sexualidade humana.

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) considera que aprofundar debates sobre gênero e **SEXUALIDADE** contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade.

Para a UNESCO no Brasil não resta dúvida de que a legislação brasileira e os planos de educação devem incorporar as perspectivas de educação em sexualidade e gênero. Isso se torna ainda mais importante uma vez que a educação é compreendida como processo de formar cidadãos que respeitem às várias dimensões humanas e sociais sem preconceitos e discriminações. (UNESCO, 2016)

A Unesco afirma que a legislação brasileira e os planos de educação devem incorporar perspectivas de educação relacionadas a gênero e sexualidade, evidenciando sua importância, afirmando que educação é compreendida como processo de formação de cidadãos que respeitem as várias dimensões humanas e sociais sem discriminações e preconceitos. O aprofundamento do debate sobre sexualidade e gênero contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade, buscando erradicar com toda forma

de violência dentro e fora dos ambientes educacionais.

O aprofundamento do debate sobre sexualidade e gênero contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. A Unesco ressalta em seus documentos oficiais que estratégias de educação em sexualidade e o ensino de gênero nas escolas é fundamental para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos, para prevenir e erradicar toda e qualquer forma de violência, em especial a violência de gênero.

A eliminação das desigualdades de gênero é determinante para a construção de uma sociedade inclusiva. Todos os estudantes têm o direito de viver e aprender em um ambiente livre de discriminação e violência. Apesar de toda a realidade complexa que vivemos, com educação e diálogo é possível prevenir todo e qualquer tipo de violência e preconceito.

CAPITULO 2

Gênero e sexualidade: a contribuição das legislações da educação no Brasil

O Estado possui o papel de intervir em assuntos relacionados às economias, políticas e ações sociais. As políticas públicas são formadas por um conjunto de atividades dos governos ou do Estado, decida pelo aparelho estatal que implicam escolhas e análises sobre uma ação específica de quem ganha, porquê e o que gera (Souza, 2006).

A LDB/1996, o PNE/2014, o Currículo em Movimento do Distrito Federal e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental são documentos que deveriam expressar valores e costumes da sociedade, entretanto, sabemos que representam apenas um segmento social, ou seja, como afirma Souza (2006), o Estado tem o papel de realizar a inclusão e verificar o cumprimento das leis, porém ainda há o favorecimento de apenas uma massa cultural dominante em nosso País.

É importante conhecer o conceito de políticas públicas, e como elas estão incluídas em programas federais. Uma política pública compreende uma modalidade de relação entre o Estado e a sociedade, ou seja, revela os modos de o Estado agir em relação aos problemas existentes no interior da formação societária.

Para Vianna e Unbehaum (2004) as políticas públicas, fundamentam as principais políticas educacionais no Brasil, seja na questão do gênero e da cidadania: “tomando a normatização neles prevista como expressão não só da permanência de costumes e formas de controle de um determinado momento histórico, mas também no propósito que procuram dar novos significados à prática social” (2004, p. 5).

Nossa Constituição Federal de 1988 enfatiza o tema da educação e a confirma como direito fundamental do povo brasileiro e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), onde estão inseridas as condições de direito e permanência a escola para todos, traz veladamente o conceito de gênero. Somente com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que a temática de gênero foi contemplada nos seus temas transversais. No volume 10.5 dos Temas Transversais dos PCN, intitulado “Orientação Sexual”, fala-se sobre a urgência da inclusão do tema da sexualidade e gênero nos currículos buscando: “apontar metas de qualidade que ajudam o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres. ” (PCN, p.4).

O Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024 tem relação com a temática a partir do seu objetivo, contribuir para a consolidação de política direcionada a um projeto

político-pedagógico participativo, que tenha como fundamento: a autonomia, a qualidade social, a gestão democrática e participativa e a diversidade cultural, étnico racial, de gênero, do campo.

O Governo Federal tem empregado na formação continuada de professores, esforços para desenvolver uma prática pedagógica em torno da valorização da diversidade, compromissada com o olhar de superação e de correção de toda forma de discriminação de pessoas que desafiam a moralidade hegemônica em seus modos de ser e viver.

As ações educacionais quanto à formação de profissionais, com a preocupação da inclusão do tema gênero e diversidade nas escolas, mostram a importância da luta contra os preconceitos e desigualdades.

2.1 Gênero e sexualidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, é a lei orgânica e geral da educação brasileira, que dita as diretrizes e bases da organização do sistema educacional.

Após oito anos de análise no Congresso, em dezembro do ano de 1996 a lei foi aprovada. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) representou a vitória de setores ligados à educação, e a derrota diante da intervenção federal, sob a coordenação do Ministério da Educação, em favor de um projeto substitutivo elaborado pelo senador Darcy Ribeiro, que retirava de seu texto necessárias reivindicações destes setores.

A LDB afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem em vários lugares, um dos quais é a escola (art. 1º). Desse modo observamos que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, art. 10).

Com a incidência de gravidez indesejada entre as adolescentes e com a evolução dos casos de infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e o uso de drogas entre os jovens, o trabalho na área da sexualidade nas escolas aumentou. Por tratar-se de um assunto que requer conhecimento, a orientação sexual nas escolas representa uma vantagem para os pais, pois muitos não possuem conhecimento suficiente para abordar o

assunto em casa.

A LDB, que completou 20 anos no dia 20 de dezembro de 2016, traz no Art. 2º que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania” [...]. O art. 3º dita os princípios nos quais o ensino deverá se basear, dentre eles, o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996, p. 1).

Percebe-se na LDB que as questões relacionadas à sexualidade não estão explicitamente expressas. Faz-se necessário, ao ler esses documentos, realizar uma análise das informações sobre o tema que aparecem “veladas” nas entrelinhas.

Os PCN’s, publicados em 1997, trazem a temática sexualidade sob o nome de Orientação Sexual como tema transversal, ou seja, tema que permeia todas as áreas do conhecimento. Está dividido em três eixos onde há discussões sobre questões de sexualidade, gênero, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e etc. Apesar de ser tratado como transversal, o documento aponta quais disciplinas podem trabalhar com a Orientação Sexual. Porém, o documento não justifica porque tais disciplinas são apontadas.

2.2 Gênero e sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (1997)

Subsidiando a elaboração ou revisão curricular dos estados membros e municípios, os PCN’s pretendem contextualizar cada realidade brasileira envolvendo toda a equipe pedagógica das instituições, visando garantir a integração entre a teoria e as práticas já existentes.

Nesses documentos, encontramos a inclusão de temas como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, sexualidade e saúde, além dos conteúdos tradicionais trabalhados nas escolas. Nesse sentido, os PCN’s reconhecem as relações de gênero como referências fundamentais para a constituição da identidade de crianças e jovens, trazendo como eixo norteador da educação escolar o exercício da cidadania e a inclusão de temas que visam a equidade social.

Os blocos: matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis; estão presentes no documento como conteúdos norteadores para a abordagem do tema orientação sexual no ensino.

No tópico matriz da sexualidade, busca-se trabalhar este conteúdo não considerando o corpo humano apenas do viés biológico, mas como possuidor de valores sociais. Trabalhando as relações de gênero, tratam-se dos papéis culturais e sociais atribuídos a mulheres e homens. No último bloco, trata-se da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez, informando aos educandos (as) sobre a utilização de preservativos e outros métodos anticoncepcionais. Pode-se observar que o documento reconhece que a sexualidade é inerente às relações sociais, também no âmbito educacional.

Pretende-se discutir as diferenças relacionadas a gênero e **SEXUALIDADE** de maneira interdisciplinar dentro de sala de aula, com o objetivo de garantir a equidade como princípio para o exercício da cidadania.

A questão de gênero se coloca em praticamente todos os assuntos trabalhados pela escola, nas diferentes áreas. Estar atento a isso, explicitando sempre que necessário, é uma forma de ajudar os jovens a construir relações de gênero com equidade, respeito pelas diferenças, somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a ser pessoas mais abertas e equilibradas. (BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais, 1998, p. 323).

Apesar de ser uma temática bastante discutida nos documentos, é possível observar que a homossexualidade é pouco citada e vista como assunto polêmico, assim como aborto, masturbação e prostituição.

2.3 Gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014

Segundo o MEC, o Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do Estado que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos (2014/2024). No texto de 2014 estão definidas dez diretrizes e vinte metas que devem ser realizadas até o ano de 2024.

O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

No art. 2 das diretrizes do documento, inciso III, traz como meta sobre a superação

das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. No inciso V da mesma diretriz, o documento demonstra interesse na formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade. Ainda no art. 2, inciso X, a meta é a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Esses três incisos do artigo segundo, citados no capítulo acima, podem ser relacionados com o tema, de maneira geral, pois dizem respeito à promoção à cidadania, ao respeito ao próximo e à diversidade, porém, não há sequer uma menção especificamente sobre tema anteriormente e nesta parte do documento.

Analisando a meta 3 do Plano Nacional de Educação 2014/2024, encontra-se a estratégia número 3.13 que comenta sobre implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. Esta estratégia considero bastante necessária pois dentro das escolas há situações de preconceitos de gênero, sexuais, raciais, etc, e com isso, o número de estudantes que não suportam o ambiente preconceituoso e exclusivo, cresce.

Dentro das 20 metas elaboradas no PNE, não há sequer nenhuma menção sobre as questões de gênero e sexualidade. O documento visa o melhoramento do espaço físico educacional, a diminuição da taxa de analfabetismo, a valorização do profissional de educação, busca garantir mais vagas em todas as áreas de ensino, entre outras metas.

A questão de gênero, que busca combater as práticas preconceituosas iniciadas na infância, sempre foi o grande alvo de toda a polêmica acerca deste documento, já que obrigaria os educadores a discutir em sala a equidade de gênero.

2.4 Gênero e sexualidade no Currículo em Movimento do Distrito Federal

O programa Currículo em Movimento foi elaborado com o intuito de aprimorar a qualidade da educação básica, segundo a SEEDF. Entre os seus objetivos, encontra-se a identificação e análise de propostas pedagógicas e a organização curricular das etapas desse nível de ensino. No portal do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), são disponibilizados oito documentos que abordam o seu Currículo em Movimento, são eles: Pressupostos Teóricos, Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais,

Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio, Educação Profissional e à Distância, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

De acordo com o pacto federativo consagrado na Carta Magna de 1988, cada ente federado (União, estados membros e municípios) e o Distrito Federal devem se desenvolver dentro de um regime colaborativo. Cada Estado ou município deverá elaborar o seu próprio documento. Portanto, o Distrito Federal concebeu o seu próprio Currículo em Movimento, a partir do governo local.

Com o intuito de averiguar a presença de diretrizes e parâmetros curriculares que contemplem o ensino de temáticas de gênero e sexualidade nas instituições de ensino públicas do Distrito Federal, os primeiros documentos disponibilizados na página do Sinpro-DF (Pressupostos Teóricos, Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais) foram analisados, pois se compreende que seja neste período inicial do desenvolvimento que devem ser ensinadas às crianças valores que as acompanharão no restante de suas trajetórias de vida.

Primeiramente, em relação aos pressupostos teóricos do currículo do ensino do Distrito Federal, o Currículo em Movimento demonstra preocupação com a formação individual de seus estudantes, mas também com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o documento afirma sua intencionalidade política e formativa. Desse modo, a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF), utilizando de autores como Pucci (1995) e Silva (2003), propõe-se a questionar o que é naturalizado na sociedade, como as desigualdades sociais, a reificação dos conteúdos científicos em detrimento das outras formas de conhecimento, a emancipação no lugar da pura instrumentalização e a busca pelo compromisso ético que vincula valores universais aos processos de transformação social (SEEDF, 2014a).

Em seguimento ao que foi afirmado nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, no documento que aborda a Educação Infantil (SEEDF, 2014b), ao discorrer sobre o seu eixo integrador, afirma que as escolas devam promover o rompimento com as relações de dominação de diferentes naturezas, entre elas a gênero, no qual há a preponderância do homem sobre a mulher. No campo do “Brincar e Agir”, são feitas algumas indagações, entre elas: “De que maneira organizar e incentivar brincadeiras que quebrem os estereótipos de gênero e etnia? ”.

Em relação à sexualidade, sabe-se que esse é um tema delicado durante os anos que compõem a Educação Infantil. Como muitos pais não se sentem aptos a interagir com seus filhos diante da manifestação de sua sexualidade em idades precoces, a preferência

dos adultos criadores é de terceirizar esses ensinamentos a outros profissionais. Portanto, a escola é o ambiente onde muitas crianças recebem os primeiros ensinamentos a respeito do tema e os professores devem estar preparados para isso.

No Currículo em Movimento da Educação Infantil, nas tabelas que discorrem sobre os Eixos Transversais, há variados tópicos de temas listados, além das etapas onde serão abordados esses temas. Em relação ao presente tema, há dois objetivos: “Reconhecimento de sua sexualidade, percebendo que existem diferenças físicas e comportamentais entre as pessoas”, a partir dos três anos na Creche e nos quatro e cinco anos da Pré-escola; Convivência e respeito à diversidade, falando das diferenças sem receio ou preconceito religioso, étnico-racial, de gênero, de sexualidade, de classe social etc., em todas as idades referentes à Educação Infantil (zero a cinco anos).

Uma vez que as temáticas de gênero e sexualidade são mencionadas no texto sobre a Educação Infantil, é esperado que também sejam contempladas no documento sobre o Ensino Fundamental Anos Iniciais (SEEDF, 2014c). Em seus Eixos Transversais, uma vez que as disciplinas começam a se segmentarem nesta fase, haverá diferenças entre o aparecimento dos dois temas. Em relação aos ensinamentos sobre a diversidade de gênero, o eixo da Educação Física começa, a partir do segundo ano, a ter como objetivo o respeito às diferenças de gênero; nas Ciências Humanas, a História tem como objetivo abordar questões de gênero a partir do segundo ano, enquanto a Geografia a partir do terceiro. Contudo, essas matérias escolares não abarcam os temas sobre sexualidade.

Segundo o texto dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a sexualidade somente é abordada nas Ciências da Natureza.

A partir da descrição do Currículo em Movimento do Distrito Federal, foi possível perceber o interesse da Secretaria de Estado da Educação na promoção da diversidade e na redução das desigualdades de gênero e nos preconceitos decorrentes da imposição heteronormativa. A análise curricular dos anos iniciais mostrou-se condizente com os pressupostos da teoria crítica, que busca, justamente, difundir ideais políticos e questionadores das atuais relações de poder presentes na sociedade.

CAPÍTULO 3

Procedimentos Metodológicos

Realizou-se uma pesquisa documental relacionada ao tema principal desta monografia, à luz dos textos citados na bibliografia e a partir de estudos realizados ao longo da vida acadêmica da estudante na Universidade de Brasília, buscando compreender como as relações de gênero e sexualidade aparecem em sala de aula, qual é a visão dos alunos e qual é a postura dos professores.

Com o objetivo de entender melhor o tema, durante o Projeto 4 foram entrevistados dois professores de uma escola particular do Distrito Federal. Houve a aplicação de um questionário para os dois professores, com seis perguntas abertas, que foram respondidas por escrito (apêndice).

Realizou-se ainda durante o Projeto 4, no ano de 2015 uma observação participante de alunos de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental da escola Nação Club Family. O objetivo foi obter a maior quantidade possível de informações relacionadas ao tema através da realidade vivida em sala de aula de forma casual.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar crítica e reflexivamente o tratamento dado à temática de gênero, e sexualidade pelos professores e estudantes como forma de dar visibilidade aos sujeitos portadores de direitos.

Objetivos Específicos

- Refletir sobre o tema gênero, sexualidade e educação;
- Analisar a existência da temática gênero e sexualidade nos documentos oficiais como: Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Currículo em Movimento do Distrito Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Plano Nacional de Educação;
- Observar como os professores compreendem a temática da diversidade e como isso é apresentado para os alunos;

CAPÍTULO 4

Reflexões críticas sobre a temática de gênero e sexualidade.

O olhar sobre o docente: questionário com professores sobre gênero, sexualidade e educação

É fato que as questões de gênero permeiam o mundo escolar em diversos níveis, tanto no corpo discente quanto no corpo docente e inclusive nas relações entre professor, aluno e família. Com isto, o intuito do questionário (apêndice) foi analisar e conhecer como se dão essas relações no ambiente escolar a partir da experiência de professores em possíveis situações de tensão, violência, e discriminação a fim de observar se os modelos normativos educacionais existentes estão realmente suprimindo as necessidades educacionais, culturais e afetivas de todos os alunos e se este modelo é realmente inclusivo, como ele promete ser.

A fim de compreender como as questões de gênero estão presentes no ambiente educacional, foram escolhidos dois professores atuantes do ensino fundamental no 1º e 4º ano, pelo fato de que os alunos desta série possuem aproximadamente 6 a 10 anos e, segundo Freud (1926), estarem durante a fase de Latência, ou seja, fase onde as crianças já sabem as diferenças biológicas sexuais existentes. Nesta fase se inicia o fortalecimento da identidade, ou seja, de como a criança se enxerga diante da sociedade, período que se prolonga até a puberdade:

Durante ele a sexualidade normalmente não avança mais, pelo contrário, os anseios sexuais diminuem de vigor e são abandonadas e esquecidas muitas coisas que a criança fazia e conhecia. Nesse período da vida, depois que a primeira eflorescência da sexualidade feneceu, surgem atitudes do ego como vergonha, repulsa e moralidade, que estão destinadas a fazer frente à tempestade ulterior da puberdade e a alicerçar o caminho dos desejos sexuais que se vão despertando. (FREUD, 1926, livro XXV, p. 128.).

A vergonha e a repulsa tão presentes nessa fase podem ser fatores que influenciam a discriminação de tudo o que se mostra “diferente”, podendo haver intolerância também quanto às questões de gênero.

Foram elaboradas seis questões tratando aspectos sobre violência escolar relacionada ao tema gênero e sexualidade, qual foi a postura da família e da escola diante do problema, caso tenha ocorrido, a postura do professor em relação ao modelo de escola e sobre como incentivar a inclusão dentro e fora da sala de aula.

Ao analisar as respostas de cada pergunta pude perceber a opinião pessoal de cada

profissional da educação assim como analisar qual era a posição da escola em relação à temática gênero e sexualidade. O professor do 4º ano do Ensino Fundamental, primeiro entrevistado, se mostrou contra os modelos atuais de educação, afirmando que são excludentes e que a participação dos pais é fundamental na formação do caráter dos indivíduos assim como a escola. Observou que a temática é abordada na escola apenas no âmbito biológico, não abordando o aspecto social e cultural. O mesmo afirmou ter presenciado casos de discriminação e preconceito em sala de aula, referentes à raça, gênero e sexualidade e buscou solucioná-los com a ajuda da direção escolar.

A segunda entrevistada, professora do 1º ano do Ensino Fundamental, afirmou a existência de discriminação e exclusão referentes a gênero dentro da escola, porém afirmou ser uma tarefa bastante complicada. A professora comentou que qualquer característica vinda do aluno vista como “anormal” é comentada não só pelos outros alunos, mas por professores, mostrando que a instituição é formada por pessoas totalmente preconceituosa e não busca realizar nenhuma mudança a respeito.

Dinis (2011) afirma que:

A homofobia se tornou, no mundo contemporâneo, um dos últimos preconceitos ainda tolerados. Qualquer brasileiro (a) pode se lembrar facilmente de vários nomes da política nacional ou dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos que defendem publicamente o direito das minorias étnico-raciais, das mulheres, das (dos) presidiárias (os), dos (as) sem-terra, das pessoas com necessidades educativas especiais, mas que se escondem quando o assunto em pauta é o combate à violência ou a luta pelos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Na atualidade poucas pessoas ousariam expressar publicamente formas de sexismo contra as mulheres, ou formas de racismo que incentivem explicitamente o preconceito contra a população negra, contra a população judaica, contra a população indígena, ou outras minorias étnico-raciais. No entanto, dizer publicamente não se simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também em uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina. (DINIS, 2011)

A postura omissa da professora do 1º ano do Ensino Fundamental, em relação a estas questões de homofobia e intolerância, é algo que deve ser analisado. Não concordar com essas manifestações de intolerância, mas não fazer nada para cessá-las é o mesmo que consentir, e isso também é uma forma de discriminação. Apesar da existência de leis inclusivas, como a lei 10.639/03, aprovada em março de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, com o objetivo de promover uma educação que valoriza e reconhece a diversidade, o assunto raça e gênero ainda são pouco debatidos nas escolas. Este tema deve ser bastante discutido e fazer parte do conteúdo diário das escolas, para que não haja situações de intolerância, como as citadas nas entrevistas, em busca da

formação de cidadãos conscientes e abertos às diferenças sociais e culturais existentes na sociedade.

O olhar sobre o discente: observação do comportamento de crianças

A observação foi realizada com crianças do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, na Nação Club Family, que se encontra no clube Portuguesa, Pistão Sul, durante os dias 6 e 8 do mês de outubro de 2015, período que a autora realizou o estágio supervisionado Projeto 4. A Nação Club Family funciona como um acompanhamento escolar, onde as crianças estudam e fazem esportes (natação, judô, capoeira, tênis, entre outros) durante o turno oposto ao escolar. A observação foi realizada sem maiores formalidades, junto à direção e coordenação do local com o intuito de relacionar a teoria com a prática pedagógica e observar como as relações sociais acontecem, analisando a existência ou não do preconceito em âmbito escolar.

As crianças ao final de cada dia, elegem junto à professora responsável pela sala, quais atividades realizarão enquanto os pais ou responsáveis chegam para buscá-las. Muitas vezes, as crianças decidem por pintar imagens impressas ou fazerem seus próprios desenhos. Em um desses momentos de descontração, um dos alunos demonstrou repugnância extrema aos desenhos de princesas da Disney e aos outros considerados “desenhos para meninas”, este foi o primeiro fator relacionado ao tema que chamou a atenção da autora. Foi-lhe questionado o motivo pelo qual não gostaria de pintar tais desenhos e ele explicou que, devido à sua religião, sua mãe o proibira de pintar desenhos “de mulher”, caso o contrário seria considerado “gay” e iria para o inferno. A partir de então, houve a tentativa de desconstrução dessa ideia, junto à turma, mostrando que não existem desenhos feitos exclusivamente para meninas ou para meninos e, portanto, todos e todas poderiam escolher qualquer um e pintar conforme sua preferência. Esse pode ser considerado um exemplo de como a família e a igreja são fatores extremamente importantes e decisivos na formação social da criança, relacionado ao tema gênero e sexualidade.

Outro fator chamou-me a atenção relacionado à pintura de desenhos, foi a cor escolhida para pintá-los. Os meninos da turma costumam não escolher cores como a cor rosa e roxo, afirmando não serem “cor de menino”, mesmo com a professora conversando e buscando fazer também a desconstrução desse preconceito.

Em relação à brincadeira, foi observado que são poucos os meninos que aceitam participar das chamadas “brincadeiras de casinha”, que imitam, em muitos casos, cenários

da vida real doméstica. Os garotos afirmam que estes tipos de brincadeira são apenas para mulheres. Em várias ocasiões, meninas são excluídas de brincadeiras de bola ou brincadeiras que necessitam de maior força física, pois meninos afirmam que tais brincadeiras não foram criadas para que mulheres façam parte, que elas não conseguiriam realizar as atividades tão bem quanto os meninos.

O autor Luciano Nascimento Corsino Audad (2012) cita Ribeiro (2006) em seu texto um trecho de uma pesquisa de inspiração etnográfica realizada numa comunidade da Bahia, que se relaciona com o parágrafo anterior:

Essas relações, portanto, influenciam também o cotidiano das crianças e as atividades designadas para meninos e meninas. Com a presença ou não das mães em casa, as mães sempre auxiliam no trabalho doméstico, visto como coisas apenas de menina, enquanto os garotos executam algumas poucas tarefas, vistas como próprias para garotos, como levar e trazer recados entre parentes e vizinhos, ir ao mercado fazer pequenas compras e acompanhar os pais em atividades externas a casa. Essas diferenças no tratamento dado pelos pais aos filhos e filhas refletem também no tempo para o lazer e nas formas de controle sobre o corpo, a sexualidade e o comportamento, em geral das meninas. (RIBEIRO, 2006 p. 156)

Muitas vezes as atividades realizadas em casa interferem na construção social da criança, motivando o surgimento do preconceito e conseqüentemente da exclusão nas relações sociais dentro e fora de casa. Permitir que apenas homens ou apenas mulheres realizem certos tipos de atividades, ou comportamentos, podem provocar questões como as observadas nas relações em sala de aula, de machismo e violência tão comuns na sociedade brasileira.

A maneira que as crianças se vestem também foi foco da observação, já que o uso do uniforme na Nação Club Family não é obrigatório. Notou-se que maioria das meninas tem a preferência pelo uso de vestidos e saias, normalmente nas cores rosa e roxo, relacionados, muitas vezes, aos programas de televisão que assistem. Já os meninos preferem as calças e bermudas, algumas mostrando símbolos dos seus desenhos e programas favoritos. Este fator mostra que a mídia também influencia fortemente na construção social da criança.

O penteado e corte de cabelo, na questão estética, também se tornaram parte da observação. Apesar de as crianças serem muito novas e, na maioria das vezes, os pais e/ou responsáveis decidirem o que irão vestir e como deixaram seus cabelos, o que predomina são garotas com cabelos longos e meninos com cabelos curtos. Durante a observação pude perceber apenas uma exceção, que foi um menino, aluno novo na instituição, que possuía cabelos longos, chegando ao ombro. No começo, o garoto foi recebido de maneira rude pela turma, sendo alvo de comentários preconceituosos e

excluído de todos os tipos de brincadeiras. Várias perguntas foram realizadas como "você é menino ou menina?" e "porque seu cabelo é desse tamanho?". Pela naturalidade das respostas dadas pelo garoto, as crianças passaram a considerá-lo "normal" e este fator não prejudicou a convivência.

O autor Dinis (2011) afirma que na escola a homofobia se expressa por meio de agressões verbais e/ou físicas a que estão sujeitos estudantes que resistem a se adequar à heteronormatividade (Dinis, p. 42). Este é um conceito extremamente pertinente ao assunto, criado por Michael Warner em 1993 para descrever a norma que toma a sexualidade heterossexual como norma universal.

As mais diversas formas de preconceito, que incentivam a violência física e psicológica (conhecida também por *bullying*), que podem acontecer dentro e fora das escolas ocorrem devido à forte influência da sociedade para que o mundo se adeque à heteronormatividade e permanecem caso haja a omissão dos próprios alunos, professores, diretores, familiares e sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso da execução deste trabalho, foi possível averiguar como a temática torna-se complexa diante da diversidade de olhares em torno do assunto. Embora o gênero e sexualidade sejam duas questões que fazem parte da expressão da subjetividade humana, é curioso perceber o receio social na exploração de ambos os fenômenos, pois os aspectos morais obstaculizam a abertura ao diálogo.

Uma das consequências dessa moralização é a atual tendência no cenário político brasileiro de retirar as menções aos termos gênero e sexualidade dos planos curriculares, na crença de que a abordagem sobre os assuntos seria antagonista da manutenção do ideal de família tradicional. Contudo, compreende-se que a ausência desses conceitos não conseguirá excluir algo que compõe a existência das pessoas, ou seja, conquanto não se aborde questões de gênero, sempre haverá pessoas dispostas a questionar as consequências da distinção dos papéis sociais de homens e mulheres a partir da luta contra o machismo, ainda que queiram instituir a normalidade para a heterossexualidade, as outras expressões afetivas não deixarão de existir. Não é a retirada dos termos que mudará algo que existe em concordância com multiplicidade do ser humano. O que ocasiona essa mudança, de fato, é o aumento do preconceito, dos crimes baseados nas idealizações, no sofrimento psíquico de quem não se sente adequado ou favorecido por se sentir diferente.

Embora os documentos reguladores que abordam a orientação sexual não possam, por si só, fazerem uma mudança drástica e imediata em todas as escolas e tipos de pedagogia do Brasil, tampouco mudar o pensamento de toda uma geração, tais documentos são os primeiros passos para que se anulem os preconceitos e as discriminações. Questões como estas, que não contribuem para a mudança do cenário atual, devem ser discutidas, levadas em consideração e devem ser colocadas à tona, uma vez que as alterações na educação possuem importante impacto na sociedade em geral.

Apesar do crescimento dentro da escola, de um movimento de contraponto à presença do tema abordado, carregado de conservadorismo, autoritarismo e fundamentalismo religioso que busca limitar o pensamento crítico, encontrei educadores que trabalham o tema de forma ampla, possibilitando uma visão pluralista do mundo, estimulando o respeito às diferenças.

Pelas barreiras ortodoxas e culturais presentes na sociedade, entendo que a abordagem dos temas aqui analisados se torna complexa e que sua solução demandará um esforço da sociedade como um todo, na busca da igualdade e do respeito pelas

diferenças.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Cristiane de C. Ramos. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder - As filhas de Eva: mulheres católicas do presente.** Florianópolis, 2008.
- AUDAD, Luciano N C. **O Professor diante das relações de Gênero na Educação Física Escolar.** São Paulo: Editora Cortez, 2012 (p.46 a 76).
- BONFIM, Claudia. **Latência – Desenvolvimento Psicosssexual – Freud.** Paraná, 2010. Disponível em <http://educacaoesexualidade_profclaudiabonfim.blogspot.com.br/2010/10/latencia-desenvolvimento-psicosssexual.html>. Acesso em: 10 Set. 2016.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas.** Editora: Saraiva, 2002.
- BRASIL (1996). **Lei de diretrizes e bases da educação (Lei nº 9394/96).** Brasília: Diário Oficial da União.
- BRASIL, Organização das Nações Unidas no. **Unesco defende a educação sexual e de gênero nas escolas para prevenir violência contra mulheres. 2016.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unesco-defende-educacao-sexual-e-de-genero-nas-escolas-para-prevenir-violencia-contramulheres/>>. Acesso em: 02 Ago. 2016.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014/2024:** Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL. Constituição (2014). **Constituição: República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2014.
- DINIS, Nilson Fernandes. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Editora UFPR.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, SP: Ed.Paz e Terra, 1996.
- FREUD, Sigmund. **Um Estudo Autobiográfico, Inibições, Sintomas e Ansiedade,**

Análise Leiga e outros trabalhos (1925-1926). Volume XX. Editora IMAGO. Rio de Janeiro, RJ. 1969.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos.** Brasília, 2012.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. **Brincadeiras de meninas e meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças.** Salvador, 2006. p.156.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

SEEDF (2014a). **Currículo em Movimento do Distrito Federal: pressupostos teóricos.** Brasília: Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.

SEEDF (2014b). **Currículo em Movimento do Distrito Federal: Educação Infantil.** Brasília: Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.

SEEDF (2014c). **Currículo em Movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental Anos Iniciais.** Brasília: Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.

SILVA, Bárbara. **Mudanças feitas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação colocam em debate disciplinas e conteúdos.** 2015. Disponível em: <http://www.sinpro.org.br/reportagens_entrevistas.asp?especial=209>. Acesso em: 15 Jul. 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura Sociológica.** Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa.** São Paulo: Ed. Gente, 1996.

UNESCO. **UNESCO no Brasil se posiciona sobre questões de violência de gênero.** 2016. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/unesco_in_brazil_stands_against_gender_violence_issues/>. Acesso em 05/08/2016.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Caderno de Pesquisa. São Paulo, 2004.

VILLAR, Nayara Lemos. **Gênero e Diversidade na Escola – GDE: Análise do conteúdo da formação continuada de professoras para lidar com as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar**. Florianópolis, 2008.

APÊNDICE

Questionário com professores sobre gênero, sexualidade e educação

Questionário 1

1. Você já vivenciou alguma situação de violência ou discriminação no âmbito escolar? Como foi? Quais foram os procedimentos tomados junto à direção e com a família do aluno (a)?

R.: Sim. Em sala de aula uma aluna negra foi agredida verbalmente por um coleguinha que lhe disse que ela era negra e por isso feia e burra. A escola é um espaço privilegiado de formação de uma criança, mas não substitui a família e o seu preponderante papel na formação do caráter, por isso chamamos a família e informamos o ocorrido e solicitamos o apoio para resolvermos a questão. Em sala de aula trabalhamos as diferenças e o respeito necessário para a convivência social.

2. Você acha que a divisão de meninos e meninas pelos modelos normativos existentes é correta? Exemplo: divisão por sexo nas aulas de educação física, esportes direcionados somente para meninos ou para meninas, distinções sexistas de vestuário, meninos não podem ter cabelo comprido e etc.

R.: Não. A educação perpassa pelas diferenças, aprendemos com elas.

3. Você concorda que estes modelos normativos descritos a cima contribuem para discriminação de crianças que não se encaixam nestes padrões sociais? Como isso pode ser mudado?

R.: Sim. É extremamente difícil pensar em práticas pedagógicas inclusivas, pois o que existe hoje, é meramente excludente e pautado no preconceito em todas as suas formas, seja racial ou por qualquer tipo de diferença. A discussão e abordagem desses temas, nas aulas, devem ser práticas constantes, a fim de formar indivíduos isentos de preconceitos, críticos e conscientes das diferenças que formam a sociedade.

4. Como você lidaria com um aluno (a) transexual ou travesti?

R.: O aluno transexual ou travesti é um aluno como outro aluno qualquer. O preconceito começa em ter que “tratá-lo de forma diferenciada”.

5. Em sua opinião, como a sexualidade deveria ser abordada de forma mais aberta em sala de aula? Tendo em vista que hoje questões de gênero são tratadas somente no âmbito

biológico, deixando de lado os aspectos sociais, culturais e afetivos que englobam este tema.

R.: Na escola, a convivência entre as crianças possibilita diferentes aprendizagens, as quais favorecem a socialização e internalização de novas crenças, novos comportamentos, novas formas de relacionamentos, como também a vivência com outras culturas e experiências em torno de diferentes aspectos, dentre eles, a sexualidade. As polêmicas geradas em torno da temática da sexualidade são baseadas geralmente em conceitos religiosos, crenças, tabus, preconceitos; que, muitas vezes, dificultam a ação dos professores na escola diante das manifestações da sexualidade. Em várias situações vivenciadas na escola, os professores reproduzem suas experiências pessoais, seus valores religiosos, seus princípios familiares, dentre outros. Constatamos que um balizador do trabalho da escola com a sexualidade seja a curiosidade da criança. Deixar perguntas sem respostas ou apenas respondê-las fantasiosamente, obrigará a criança a encontrar outras formas de saciar suas curiosidades.

6. Que tipo de valores e conhecimentos a escola trabalha a respeito das questões de gênero e sexualidade a fim de buscar quebrar as barreiras do preconceito e exclusão?

R.: Percebo que nas práticas pedagógicas, a sexualidade tem um destaque de cunho biológico, quando se realizam atividades voltadas à temática, estas se caracterizam por palestras proferidas por médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras. É importante, mas não o suficiente para esclarecer as dúvidas relacionadas à sexualidade e suas múltiplas manifestações.

Questionário 2

1. Você já vivenciou alguma situação de violência ou discriminação no âmbito escolar? Como foi? Quais foram os procedimentos tomados junto à direção e com a família do aluno (a)?

R.: Diversas vezes. Já presenciei situações de discriminação com uma jovem negra por parte de outros alunos. Mas entre todas as experiências, a mais forte foi com um jovem gay, onde a turma criou diversos apelidos discriminatórios. Diante de todas as situações eu tentei conter a confusão, explicar os direitos de cada um, explicar também sobre desrespeito com o próximo e sobre o preconceito. No caso do jovem gay, levei os alunos em questão a direção, e no fim, quem acabou saindo da escola foi o aluno que estava sendo discriminado, ele já não aguentava mais o ambiente.

É uma pena que ainda ocorram casos assim, e ainda mais, que os alunos não estejam preparados para lidar com as diferenças de forma saudável. Falta por parte do governo, escola e professores criarem projetos para que este assunto seja levantado em sala de aula.

2. Você acha que a divisão de meninos e meninas pelos modelos normativos existentes é correta? Exemplo: divisão por sexo nas aulas de educação física, esportes direcionados somente para meninos ou para meninas, distinções sexistas de vestuário, meninos não podem ter cabelo comprido e etc.

R.: Essa educação que conhecemos existe a tanto tempo que as pessoas já se acostumaram com as divisões sexistas. Agora que este tema está sendo levantado novamente. Porém, eu não concordo com estes modelos normativos. Nossas crianças podem e devem ter a liberdade de usar a cor que quiserem, de fazer o esporte que gostam. Mas é muito complicado mudar isso em uma instituição que está ditando essas “regras” a tantos anos.

3. Você concorda que estes modelos normativos descritos a cima contribuem para discriminação de crianças que não se encaixam nestes padrões sociais? Como isso pode ser mudado?

R.: Concordo completamente. É justamente por causa destes modelos que uma criança do sexo masculino é ridicularizada por usar uma roupa rosa, ou ter um cabelo comprido. Já presenciei vários comentários por parte de alunos e até mesmo de outros professores dizendo que aquele aluno “tinha tendências femininas” por usar rosa.

Acho complicado mudar essa consciência na sociedade em geral sem um aporte do governo e da escola para que isso comece nos anos iniciais. Mas deve ser mudado, com certeza deve.

4. Como você lidaria com um aluno (a) transexual ou travesti?

R.: Eu nunca tive a experiência de ter um aluno (a) transexual ou travesti, mas com certeza lidaria como qualquer outro aluno meu.

5. Em sua opinião, como a sexualidade deveria ser abordada de forma mais aberta em sala de aula? Tendo em vista que hoje questões de gênero são tratadas somente no âmbito biológico, deixando de lado os aspectos sociais, culturais e afetivos que englobam este tema.

R.: As questões de gênero na escola em que atuo são trabalhadas somente no âmbito biológico mesmo. Mas existem tantas possibilidades. A escola é um ambiente tão diverso e clama por esse tipo de abordagem mais completa de todos os assuntos, principalmente de questões de gênero. Se nossas crianças fossem educadas livres de preconceitos nossa sociedade seria muito mais justa, muito mais respeitosa com o próximo. Porém, acredito que um programa de ensino que aborde todos os temas que englobam as questões de gênero devem ser feitas em conjunto com todos os professores e direção da escola.

6. Que tipo de valores e conhecimentos a escola trabalha a respeito das questões de gênero e sexualidade a fim de buscar quebrar as barreiras do preconceito e exclusão?

R.: Justamente como na última pergunta, a escola só trabalha questões de gênero e sexualidade na visão biológica. Não existe um trabalho completo que quebre as barreiras do preconceito a respeito disso, pelo menos não na escola em que trabalho.